



REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exm<sup>a</sup> Senhor

CIRCULAR Nº 01/GM/MJ

**Assunto: Apoio e dever de colaboração das diversas entidades  
ao exercício da Função Judicial.**

A justiça e a legalidade têm sido constantes da nossa luta, na qual se envolvem todos os moçambicanos independentemente da sua tarefa, responsabilidade política ou administrativa, ou do seu local de trabalho.

Guiados pelo Partido Frelimo destruimos o aparelho judicial colonial e implantámos a Justiça Popular, conquista revolucionária do povo moçambicano.

A experiência já acumulada ao longo de quase dez anos de funcionamento dos Tribunais Populares apontam-nos a existência de certos entraves, obstáculos, incompreensões e mesmo irregularidades, que vêm prejudicando o bom e correcto exercício da administração da Justiça.

Essencialmente entendemos e situamos tais anomalias como manifestações de certo desconhecimento dos princípios e normas legais em vigor, ao mesmo tempo que nem sempre as relações e articulação entre os Tribunais Populares e outras estruturas políticas, sociais e do Estado se desenvolvem e caracterizam pela sua natureza institucional, passando a ser assumidas e entendidas como uma perspectiva vincadamente pessoal.

Como forma de contribuir para uma melhor compreensão dos princípios em vigor;

No sentido de proporcionar uma visão, ainda que sucinta, das normas legais que regem o relacionamento Tribunais - Instituições;

Com vista a que, pela atitude educativa e pelo esclarecimento, se criem condições para a existência de um relacionamento e articulação cada vez mais correcto e adequado enumeram-se, de seguida, algumas disposições legais que tutelam a articulação e cooperação entre instituições e pessoas e os Tribunais Populares:

1 - A nossa Lei Fundamental - a Constituição da República no seu artigo 70 estabelece que "no exercício da sua actividade, cabe aos tribunais garantir e reforçar a legalidade, defender e salvaguardar os princípios determinados na Constituição e nas demais normas em vigor, bem como defender os direitos e legítimos interesses dos cidadãos e dos diferentes órgãos e entidades com existência legal".

2 - Por outro lado, o artigo 71, do mesmo diploma refere que os tribunais reprimem e combatem as violações da legalidade. Os tribunais educam os cidadãos no cumprimento voluntário e consciente das leis, estabelecendo uma justa e harmoniosa convivência social".

3 - A Lei da Organização Judiciária - Lei nº 12/78, de 2 de Dezembro no artigo 3º dispõe que "Todos os cidadãos podem, em igualdade de condições, recorrer aos tribunais para defesa dos seus direitos".

4 - De seguida, o artigo 6º deste mesmo diploma legal estabelece, de forma imperativamente, o seguinte:

1. No cumprimento das suas atribuições, os tribunais actuam em estreita coordenação com as estruturas políticas, sociais e do Estado.
2. Todas as entidades públicas e privadas e todos os cidadãos têm o dever de apoiar os órgãos judiciais na descoberta da verdade e na realização da justiça.
3. Todas as entidades públicas e privadas e todos os cidadãos devem obrigatoriamente respeitar, observar e aplicar as decisões dos tribunais".

5 - Ainda que não houvesse qualquer comando legal a impôr uma estreita coordenação entre o exercício da função judicial e as demais estruturas políticas, sociais e do Estado

e a consagrar, em especial o dever de apoio por parte de todas as entidades públicas e privadas e de todos os cidadãos, a necessidade de tal colaboração adviria sempre da particular natureza da função judicial.

6 - Com efeito, os tribunais só podem realizar cabalmente a sua função - que consiste fundamentalmente, em fazer correcta e acertada justiça, - havendo uma pronta e eficaz cooperação entre os tribunais e todos quantos se acham ligados, directos ou indirectamente, à resolução dos casos postos à decisão dos mesmos tribunais. Sem esta última colaboração é impossível realizar integralmente e com a perfeição desejável, a administração da justiça.

7 - Porém, como acima dissemos, existem normas que impõem o referido dever de colaboração, destacando-se entre outras, as seguintes manifestações, quer de natureza processual criminal, quer de natureza processual civil:

a) - Dever de cooperação para a descoberta da verdade.

Na medida em que todas as pessoas ou entidades, sejam ou não partes na causa, têm o dever de colaborar na descoberta da verdade, são obrigadas a responder ao que lhes fôr perguntando, a submeter-se às inspecções necessárias, e a facultar o que lhes fôr requisitado e a praticar os actos, que lhes forem determinados - artigo 519º, nº 1 do Código de Processo Civil;

b) - Requisição de esclarecimentos, documentos ou diligências indispensáveis.

Todos os juizes e magistrados do Ministério Público podem requisitar directamente de quaisquer secretarias, repartições, funcionários ou autoridades e seus agentes quaisquer esclarecimentos, documentos ou diligências indispensáveis para qualquer processo, que sejam da sua competência, sendo obrigatório o seu cumprimento no prazo fixado. Tratando-se de actos de carácter urgente, preferem a qualquer outro serviço - artigo 92º do Código de Processo Penal.

c) - Prestação de juramento.

Na medida em que tanto as testemunhas, como os peritos, os tradutores e intérpretes devem tomar compromisso de honra perante o juiz ou o magistrado do Ministério Público, conforme os casos, de dizer a verdade ou desempenhar fielmente as funções que lhe são confiadas, estão obrigados a responder afirmativamente a esse compromisso - artigo 96º e 434º do Código de Processo Penal e 559º do C.P.Civil.



d) - **Ampla admissibilidade de audição da prova testemunhal.**

Podem ser ouvidas como testemunhas as pessoas que forem indicadas pelo Ministério Público, pelo participante, ofendido bem como todas aquelas que o Ministério Público (na fase da instrução preparatória) ou o juiz na fase subsequente, entendam poder contribuir para a descoberta da verdade - artigo 214º do C.P.Penal; por outro lado, a prova testemunhal é admitida em todos os casos em que não seja directa ou indirectamente afastada - artigo 392º do C.Civil.

e) - **Dever de depôr.**

Ninguém se pode recusar a depôr como testemunha, a não ser nos casos expressamente exceptuados por lei - artigo 215º do C.P.Penal. Não estão por isso isentos, entre outros, de depôr os deputados das Assembleias do Povo aos diversos níveis, ou os membros das Forças de Defesa e Segurança, os quadros superiores do Partido e Estado, a nível central ou local, os Secretários e quadros das ODMs, Directores de instituições do Estado e empresas, Secretários de Grupos Dinamizadores.

f) - O próprio Chefe de Estado, os membros do Bureau Político, da Comissão Permanente, do Conselho de Ministros, Juiz Presidente do Tribunal Popular Supremo, estão obrigados a depôr sempre que sejam indicados como testemunhas.

Porém tendo em consideração a dignidade de função desempenhada, prestarão os seus depoimentos nas suas residências - artigo 219º do C.P.Penal.

g) - **Requisição de funcionários.**

Sempre que algum funcionário público tiver de ser chamado a juízo e o seu comparecimento dependa de licença do seu superior hierárquico, será requisitado a esse superior. A licença nunca poderá ser recusada, a não ser por imperiosa necessidade de serviço, e o funcionário não possa ser substituído. Em tal caso o motivo da recusa deve ser comunicado com a devida antecedência ao Juiz ou ao Ministério Público.

A falta de comunicação de recusa importa a presunção de que a licença não foi negada.

No caso de a licença ser recusada e não possa dispensar-se a presença do funcionário que foi requisitado, o juiz ou o Ministério Público designará novo dia para o seu comparecimento, mandando-o notificar e também requisitar com a necessária antecipação - artigo 85º, do C.P.Penal e artigo 258º do C.P.Civil.

e a consagrar, em especial o dever de apoio por parte de todas as entidades públicas e privadas e de todos os cidadãos, a necessidade de tal colaboração adviria sempre da particular natureza da função judicial.

6 - Com efeito, os tribunais só podem realizar cabalmente a sua função - que consiste fundamentalmente, em fazer correcta e acertada justiça, - havendo uma pronta e eficaz cooperação entre os tribunais e todos quantos se acham ligados, directos ou indirectamente, à resolução dos casos postos à decisão dos mesmos tribunais. Sem esta última colaboração é impossível realizar integralmente e com a perfeição desejável, a administração da justiça.

7 - Porém, como acima dissemos, existem normas que impõem o referido dever de colaboração, destacando-se entre outras, as seguintes manifestações, quer de natureza processual criminal, quer de natureza processual civil:

a) - Dever de cooperação para a descoberta da verdade.

Na medida em que todas as pessoas ou entidades, sejam ou não partes na causa, têm o dever de colaborar na descoberta da verdade, são obrigadas a responder ao que lhes fôr perguntando, a submeter-se às inspecções necessárias, e a facultar o que lhes fôr requisitado e a praticar os actos, que lhes forem determinados - artigo 519º, nº 1 do Código de Processo Civil;

b) - Requisição de esclarecimentos, documentos ou diligências indispensáveis.

Todos os juizes e magistrados do Ministério Público podem requisitar directamente de quaisquer secretarias, repartições, funcionários ou autoridades e seus agentes quaisquer esclarecimentos, documentos ou diligências indispensáveis para qualquer processo, que sejam da sua competência, sendo obrigatório o seu cumprimento no prazo fixado. Tratando-se de actos de carácter urgente, preferem a qualquer outro serviço - artigo 92º do Código de Processo Penal.

c) - Prestação de juramento.

Na medida em que tanto as testemunhas, como os peritos, os tradutores e intérpretes devem tomar compromisso de honra perante o juiz ou o magistrado do Ministério Público, conforme os casos, de dizer a verdade ou desempenhar fielmente as funções que lhe são confiadas, estão obrigados a responder afirmativamente a esse compromisso - artigo 96º e 434º do Código de Processo Penal e 559º do C.P.Civil.



h) - Nomeação de fiel depositário

Sempre que em processo-crime ou em processo cível o Ministério Público ou o juiz nomear como fiel depositário de bem apreendido ou penhorado um dirigente ou quadro de instituição do Estado ou de empresa estatal, estão-lhe confiadas por lei obrigações especiais.

Assim, quando lhe fôr exigida a apresentação do referido bem, é obrigado a fazê-lo no prazo de 5 dias.

i) - Descontos em vencimentos.

Para pagamento de multas, imposto de justiça, para liquidação de dívidas ou por satisfação de pensões de alimentos o Tribunal pode ordenar que se proceda a descontos em abonos ou vencimentos de quaisquer funcionários, inclusivé de membros das Forças de Defesa e Segurança. A entidade encarregue de processar os vencimentos está obrigada a efectuar os descontos e depositá-los por guia própria no BPD, à ordem do respectivo Tribunal, sob pena de sanção por lei fixada - artº 861 do C.Processo Civil.

j) - Congelamento de contas bancárias.

Só o Governo, através do Ministro das Finanças e o poder judicial têm poder para ordenar o congelamento de contas bancárias, e à respectiva entidade bancária até obrigada a acatar e cumprir tal decisão, como se de ordem se tratasse. Assim sendo outras entidades como a PIC e o Ministério Público não têm competência para ordenarem o congelamento de contas bancárias - artº 1º - Resolução nº 3/76 do Conselho de Ministros.

8 - Naturalmente, que a Lei impõe sanções para o não cumprimento dos deveres impostos e relacionados com o dever de descoberta da verdade, ou seja, com referência à acima citada estreita coordenação entre os tribunais e as estruturas políticas, sociais e do Estado. Entre elas, podemos apontar as seguintes:

- a) - A falta de comparecimento de qualquer pessoa devidamente notificada ou avisada, no dia, hora e local designados, se não justificar a falta, incorre na multa de 100,00 a 1.000,00Mt e em indemnização de igual montante - artigo 91º do C.P.Penal.
- b) - Independentemente das medidas referidas, pode o Tribunal ordenar a captura daquele que tiver faltado, sem justificação, para comparecer sob prisão, se tal fôr julgado indispensável - § 3º do artigo 91º do C.P.Penal e artigo 629º, nº 2 do C.P.Civil.

- c) - A recusa de prestar declarações em Tribunal acarreta a instauração de processo por crime de desobediência qualificada, devendo o infractor ser preso imediatamente - artigo 242º do C.P.Penal.
- d) - A recusa de prestar juramento equivale à recusa a depôr - artigo 559º, nº 3, do C.P.Civil, extensivo ao processo penal.
- e) - O funcionário autorizado a comparecer em Tribunal, não comparecendo, nem tendo justificado a falta, tem como sanção uma multa nos termos acima referidos, incorrendo ainda no pagamento de uma indemnização; por outro lado, pode ser ordenada a sua captura, para, sob prisão, comparecer ao acto para que fora requisitado.
- f) - O superior hierárquico que recuse a licença ou autorização comete crime de desobediência qualificada.
- g) - Comete também crime de desobediência todo aquele que se recusar a prestar ou deixar de prestar qualquer serviço de interesse público, para que tenha sido independentemente nomeado ou intimado, ou que venha a faltar à obediência devida às ordens ou mandados legítimos da autoridade pública ou seus agentes - artigo 188º do Código Penal.
- h) - É considerada desobediência qualificada aquela que fôr levada a cabo na qualidade de testemunha, perito, intérprete, tutor ou vogal do conselho de família - artigo 189º, do C.Penal.
- i) - A pessoa ou entidade que havendo sido nomeado fiel depositário não entregue no prazo estabelecido o bem ou coisa à sua guarda e responsabilidade, será preso pelo tempo correspondente ao valor da coisa calculada a prisão a 20,00Mt, diários; Ao mesmo tempo ser-lhe-ão penhorados bens suficientes para o pagamento de valor do bem ou coisa depositadas a sua responsabilidade - artigo 854 do C.P.Civil.
- j) - Também incorrerá na sanção de prisão e penhora de bens a pessoa ou entidade encarregue de processar descontos ordenados pelo Tribunal e não cumpra tal ordem - artº 863 - artº 851 do C.P.Civil.

Estamos convictos que a presente enunciação constituirá instrumento valioso no início

de uma reflexão mais aprofundada das nossas particulares responsabilidades pessoais e institucionais na defesa da legalidade e na participação na administração da justiça.

Para que assim aconteça necessário se torna que a presente Circular seja amplamente divulgada aos diversos níveis de cada instituição do Partido, do Estado, ODMS, Forças de Defesa e Segurança e Unidades económicas.

Apelamos para uma melhor cooperação e profunda colaboração de cada um de nós com os órgãos judiciais com vista à realização e consolidação de uma das mais importantes conquistas da Revolução, a Justiça Popular.

Maputo, 11 de Abril de 1987

A LUTA CONTINUA!

**USSUMANE ALY DAUTO**  
**Ministro da Justiça**